

FIGUEIREDO, VILMA DE MENDONÇA. **Questão e reforma agrária nos anos 80.**
Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro n.º 77, 1984. 216p.

O livro em questão, publicado pela Tempo Brasileiro, sob o número 77, é uma coletânea de 10 textos, tendo sido organizado por Vilma Figueiredo, a partir do colóquio: “Reformas Agrárias: uma solução para a questão agrária nos anos 80?”, realizado no Centre d’Etudes et de Rechercher Internationales de la Fondation Nationale des Sciences Politiques”, em Paris, em 1982.

Embora os trabalhos em si não tragam nenhuma novidade a quem acompanha de perto a chamada “questão agrária” e a reforma agrária, eles cumprem a função de manter aberto o debate a respeito de temas de extrema importância, principalmente em função das possibilidades de mutação política vividas pelo Brasil, neste momento histórico.

Deve ser destacado o esforço da organizadora em agregar um aspecto metodológico instigante para o assunto em pauta, qual seja o da comparação entre as expe-

Cad. Dif. Tecnol., Brasília, 1(3):461-469, set/dez. 1984

riências (bem/mal sucedidas, de reforma/de não-reforma) de diversos países. O encaminhamento oferecido à proposta metodológica na Introdução (“Por que e como comparar?”) é no sentido de evitando a reprise da “filosofia positiva da história” (formulação de leis gerais como proposições universalmente válidas), buscar o conhecimento baseado em experiências historicamente situadas, na medida em que este tem sido reconhecido como de maior validade. Entretanto, a pista sugerida na Introdução — a riqueza da opção metodológica de comparação — é, pouco a pouco, relegada a plano secundário pelos autores dos vários trabalhos da coletânea, ao ponto de apenas ser focalizado com a devida atenção por Jollivet, no trabalho sobre a França.

Os textos não apresentam um mesmo padrão de qualidade. Os três melhores, por sua consistência e profundidade são os de Jollivet, Gilhòdes e o da própria Vilma Figueiredo. Já o texto de Galano não é mais do que um trabalho jornalístico, de copidescagem dos anais do 3º Congresso da CONTAG, em 1979.

Para fins desta resenha, destacaremos alguns textos e, nestes casos, parte selecionada de suas abordagens. Não desconhecendo a importância e o significado do papel de Jacques Chonchol, é necessário afirmar que o autor, no que tange especificamente ao texto incluído na coletânea deixa muito a desejar. Em primeiro lugar porque não avança na proposta metodológica da organizadora. Em segundo lugar porque, de uma forma superficial atribui à “incapacidade dos governos estabelecidos de implementar verdadeiras políticas de reforma agrária” na América Latina, da qual decorreriam:

- a) agravamento da pobreza nos meios rurais;
- b) recrudescimento dos conflitos sociais no campo;
- c) transferência do subemprego rural para as cidades;
- d) explosão das grandes metrópoles; e
- e) aumento da dependência externa em matéria de alimentos” (pág. 30).

Se o critério fosse o da afinidade ideológica, estaríamos próximos do autor. Na medida, entretanto, que exigirmos de nós mesmos e de quem escreve a respeito um compromisso com o caráter comprovável das assertivas e proposições, fica difícil

aceitar, de forma imediata, o relacionamento do tipo causa-efeito entre os fenômenos investigados. Isso porque algum outro autor poderia assumir que os mesmos problemas foram decorrentes do imperialismo capitalista dos países centrais, do "estilo" selvagem do capitalismo nos países subdesenvolvidos etc. Como cada uma das prováveis causas tem um conteúdo específico de explicação, não se pode abrir mão dos elos de interrelação entre as causas e os efeitos para os aceitar como verdadeiros.

A ortodoxia na abordagem da reforma agrária aparece transparente na afirmação de que a reforma agrária não é "um problema técnico e sim sócio-político". Não que discordemos da afirmação mas ela em si é insuficiente e não ajuda a compreender e aprofundar o tema. O caráter político da reforma agrária é de domínio público. Não parece proveitoso encaminhar a questão por este lado, pois a sensação é que, com isso chegaremos a uma alternativa falsa: o técnico *versus* o político. Não basta a decisão política para que a reforma agrária seja deflagrada e bem sucedida. O aparelhamento técnico para sua execução é fundamental para seu sucesso. Sem uma base técnica aparelhada, a decisão política (favorável) corre o risco de ser mais formal do que real. A complexidade técnica não tem suscitado maiores iniciativas da intelectualidade brasileira, com o que a burocracia estatal torna-se a única via de idéias e sugestões. Neste particular, o segundo ponto é o pouco aprofundamento da natureza política da reforma agrária. Ao abordar os casos da Colômbia e Venezuela, Guillodès fornece uma pista para tais considerações: "... não se pode deixar de lado a pesquisa da natureza do poder político no país: quais as forças políticas e sociais, os grupos de pressão que vão interferir na tomada de decisão e em que sentido" (pág. 130).

No seu artigo, Vilma Figueiredo ocupa-se em abordar a questão agrária no Brasil pela linha clássica do marxismo. Trata da penetração capitalista no campo, da proletarianização da força de trabalho, dos mecanismos de concentração de capital, dos mecanismos integradores da agroindústria etc. Pouca atenção dá, entretanto, à questão agrária regional. Este teria sido um caso muito interessante, já que sob o patrocínio dos governos federal e estadual e apoio financeiro internacional, o Projeto Nordeste pretende viabilizar um determinado tipo de "reforma agrária". Que reforma é essa? O que pretende? Quais as conseqüências que dela se pode esperar? Qual a direção que as tímidas experiências de política fundiária sob a política dos Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI) estão nos mostrando? São temas de amplo interesse social e intelectual que poderiam ter figurado nesta coletânea.

No tópico em que analisa a integração agricultura-indústria, Figueiredo chama a atenção para a desnacionalização na indústria de máquinas e equipamentos agrícolas. Deve-se lembrar não só a desnacionalização mas o desmantelamento da indústria de máquinas e equipamentos de tração animal no país. No espaço de duas décadas, saímos da enxada para o trator, eliminando inúmeras alternativas técnicas de tecnologia mecânica de baixo custo. Só mais recentemente se nota a tentativa de redefinição de papéis dentro desta indústria.

Ao tratar de subsídios e crescimento, a autora situa os “diversos subsídios governamentais, especialmente os do crédito” agindo “no sentido da reprodução do modelo de modernização favorável aos interesses” da agro-indústria moderna, dos complexos industriais integrados, dos setores de produção de máquinas e insumos agrícolas e dos antigos proprietários rurais que modernizaram suas explorações agrícolas. Aqui neste texto assim como em diversos outros textos de autores que utilizam a mesma abordagem, parece-nos que, desavisadamente se tenta dar a impressão que os subsídios existiriam, com tanto vigor, apenas nos países capitalistas subdesenvolvidos. Eles existem não só nos países capitalistas centrais, como também nos países socialistas e comunistas. Isto porque a agricultura tem determinadas características próprias — estudos com profundidade por Marx e seus seguidores — que determinam formas de apoio financeiro do estado. Neste particular teria sido bastante útil a abordagem comparativa, sugerida pela própria organizadora, para analisar a anatomia e o funcionamento dos mecanismos de subsídios à agricultura em diversas situações históricas.

Para encerrar, deixamos registrada a presença de vários problemas de apresentação gráfica do livro, imputáveis à editora e não à organizadora. Os erros tipográficos superam a meia centena; em alguns pontos a tradução deixa a desejar; há erros numéricos nos quadros e os mesmos estão mal dispostos e o sumário não indica as páginas iniciais de cada texto, coisas mínimas mas que vão contra a boa aceitação do livro.

Mauro Márcio Oliveira
EMBRATER